



MINISTÉRIO DA FAZENDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos

2016

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Diego Rodrigues Boente

EQUIPE TÉCNICA

Ana Karolina Almeida Dias

Carla de Tunes Nunes

Gessé Santana Borges

Gabriela Leopoldina Abreu

Rodrigo Pereira Neves

Washington Nunes Leite Júnior

Informações: (61) 3412-4905

Endereço Eletrônico: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Correio Eletrônico: conf.df.stn@fazenda.gov.br

Sumário

PREFÁCIO	4
OBJETIVO	5
ALCANCE	5
ASPECTOS GERAIS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	6
PREMISSAS UTILIZADAS	6
CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RELACIONADAS A CONTRATO DE RATEIO	7
CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NÃO RELACIONADAS A CONTRATO DE RATEIO	13
APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL	14
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	15
EXEMPLO ILUSTRATIVO A – METODOLOGIA DE COTAS DE PARTICIPAÇÃO	16
EXEMPLO ILUSTRATIVO B – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS	20
EXEMPLO ILUSTRATIVO C – ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35

PREFÁCIO

1. A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, a qual busca assegurar o reconhecimento, a mensuração, a avaliação e a evidenciação de todos os elementos que integram o patrimônio público, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Manual, de observância obrigatória para todos os entes da Federação, é alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAS e está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.
2. A Portaria MF n.º 184/2008 determinou à STN o desenvolvimento de algumas ações para promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público publicadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASB e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com o objetivo de auxiliar as entidades do setor público na implantação das mudanças necessárias para se atingir esse novo padrão. Dentre essas ações, o inciso II do artigo 1º destaca:

II - editar normativos, manuais, **instruções de procedimentos contábeis** e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público; (*grifo nosso*)
3. O § 2º do art. 3º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, estabeleceu que as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC serão emitidas no intuito de auxiliar os entes da Federação na aplicação e interpretação das diretrizes, conceitos e regras contábeis relativas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual.
4. As Instruções de Procedimentos Contábeis são publicações que buscam auxiliar a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios na implantação dos novos procedimentos contábeis, contribuindo para a geração de informações úteis e fidedignas para os gestores públicos e para a toda a sociedade brasileira.

OBJETIVO

5. Esta Instrução de Procedimentos Contábeis tem por objetivo orientar os profissionais de contabilidade quanto à forma de contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN nº 274/2016 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

ALCANCE

6. As definições contidas na Resolução CFC n.º 1.128/2008 (NBC T 16.1) devem ser observadas por todas as entidades abrangidas no campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme o item 2 daquela norma, transcrito a seguir:

2. Para efeito desta Norma, entende-se por:

Campo de Aplicação: espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais em:

- (a) entidades do setor público; e
- (b) ou de entidades que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades, no tocante aos aspectos contábeis da prestação de contas.

7. Assim, estão compreendidas no campo de atuação e, portanto, obrigadas a seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, não só os Poderes e órgãos da Administração Direta, mas também as demais entidades da administração indireta e aquelas que de alguma forma movimentarem recursos oriundos do setor público.
8. No que se refere ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o §1º do art. 3º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, estabelece que, sem prejuízo da legislação vigente, a contabilidade no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, observará as orientações contidas no referido documento.
9. Portanto, as instruções contidas nesta IPC poderão ser utilizadas por todos os que observam as regras vigentes sobre contabilidade aplicada ao setor público.

ASPECTOS GERAIS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

10. Os Consórcios Públicos representam a aliança entre entidades da federação com vistas à realização de objetivos comuns, estabelecendo relações de cooperação federativa, para o desenvolvimento de ações conjuntas para o alcance de benefícios coletivos. Revestida como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica, os consórcios poderão promover atividades relacionadas ao desenvolvimento regional, ações de saneamento básico, educação, saúde, gestão, tratamento do lixo urbano, água, esgoto ou projetos urbanos.
11. O marco regulatório dos Consórcios Públicos está representado na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, regulamentado pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que, dentre outras disposições, descreve as condições e critérios dos aspectos constitutivos dos consórcios.
12. Os procedimentos contábeis descritos na presente instrução encontram amparo na Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal. Essa portaria revogou a Portaria nº 72/2012, que regulamentava o assunto anteriormente.
13. O Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) apresentam detalhamentos sobre os procedimentos contábeis específicos dos consórcios, bem como as regras de preenchimento dos demonstrativos fiscais.

PREMISSAS UTILIZADAS

14. Algumas premissas foram seguidas para o desenvolvimento desta IPC:
 - a) A assembleia do consórcio público é soberana quanto às decisões relativas à repartição de ativos e passivos;
 - b) O reconhecimento do ativo patrimonial no consórcio público e do passivo patrimonial no ente consorciado ocorre no início da vigência do contrato de rateio;
 - c) O passivo patrimonial não é encerrado com a saída do ente consorciado, a menos que a assembleia delibere em contrário;

- d) Em regra, as transferências de ativos (monetários ou não) dos entes consorciados para o consórcio público são registradas por meio de ativo (participações) e patrimônio líquido;
- e) As transferências de ativos (monetários ou não) dos entes consorciados para o consórcio público podem ser registradas por meio de variações patrimoniais (VPD/VPA), quando o consórcio atender a um ente externo (não consorciado) ou mesmo a um ente consorciado numa contratação direta, na condição de cliente;
- f) Aportes em forma de bens não se confundem com o contrato de rateio, mas alteram a participação dos entes no consórcio.
- g) As participações no consórcio público são registradas por cotas de participação e precificadas por meio da relação entre o patrimônio líquido e o total de cotas.
- h) Os lançamentos ora apresentados nesta IPC foram elaborados conforme a estrutura de contas presentes no PCASP Estendido 2016.

CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RELACIONADAS A CONTRATO DE RATEIO

- 15. Os lançamentos apresentados estão pautados na imperiosidade em registrar os fenômenos ocorridos, tanto dos entes consorciados quanto dos Consórcios Públicos, observando os respectivos códigos e títulos contábeis apresentados no PCASP Estendido 2016, conforme a versão atualizada do Anexo III da IPC 00.
- 16. Conforme a Lei nº 11.107/2005, o Decreto nº 6.017/2007 e a Portaria STN nº 274/2016, o contrato de rateio constitui o instrumento exclusivo pelo qual os entes consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas dos consórcios públicos. Seus créditos estarão consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais, e deverão ser objeto de controles contábeis específicos materializados nos eventos a seguir:

Contabilização das transferências nos Entes Consorciados

Assinatura do contrato de rateio

Controle de Atos Potenciais

- D: 7.1.2.3.1.09.00 Contrato de Rateio de Consórcios Públicos
- C: 8.1.2.3.1.09.01 Contrato de Rateio – a executar

Início da vigência do contrato de rateio

Controle de Atos Potenciais

- D: 8.1.2.3.1.09.01 Contrato de Rateio – a executar

C: 8.1.2.3.1.09.02 Contrato de Rateio – em execução

Natureza de informação patrimonial

D: 1.2.2.1.1.01.07 Participação em Consórcios Públicos
C: 2.1.8.9.1.14.00 Consórcios a Pagar (P)

Empenho da dotação para transferência aos consórcios públicos

Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00 Consórcios a Pagar (P)
C: 2.1.8.9.1.14.00 Consórcios a Pagar (F)

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.1.00.00 Crédito Disponível
C: 6.2.2.1.3.01.00 Crédito Empenhado a Liquidar

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.01.00 Crédito Empenhado a Liquidar
C: 6.2.2.1.3.02.00 Crédito Empenhado em Liquidação

Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.1.00.00 Disponibilidade por Destinação de Recursos
C: 8.2.1.1.2.00.00 DDR Comprometida por Empenho

Liquidação da despesa referente à transferência aos consórcios públicos

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.02.00 Crédito Empenhado em Liquidação
C: 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.2.00.00 DDR Comprometida por Empenho
C: 8.2.1.1.3.01.00 DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Pagamento da despesa referente à transferência aos consórcios públicos

Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00 Consórcios a Pagar (F)
C: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: 6.2.2.1.3.04.00 Crédito Empenhado Liquidado Pago

Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.3.01.00 DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
C: 8.2.1.1.4.00.00 DDR Utilizada

Controle dos Atos Potenciais

D: 8.1.2.3.1.09.02 Contrato de Rateio – em execução
C: 8.1.2.3.1.09.03 Contrato de Rateio – executado

Controle de Prestação de Contas

D: 7.5.2.0.0.00.00 Prestação de Contas de Consórcios Públicos
C: 8.5.2.1.0.00.00 Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público –
A comprovar

Contabilização das transferências nos Consórcios Públicos

Assinatura do contrato de rateio

Controle de Atos Potenciais

D: 7.1.1.3.1.08.00 Contrato de Rateio de Consórcios Públicos
C: 8.1.1.3.1.08.01 Contrato de Rateio – a executar

17. O consórcio público pode reconhecer, pelo regime de competência, o direito a receber referente à transferência dos recursos por parte do ente consorciado. Caso haja possibilidade de obter-se essa informação tempestivamente, o registro pode ser realizado tanto no momento da liquidação por parte do ente transferidor ou conforme a especificação no contrato de rateio. Por exemplo, se no contrato estiver especificado que o consórcio receberá os recursos em doze parcelas mensais, a cada mês, o consórcio fará o registro por competência do crédito a receber correspondente.

Início da vigência do contrato de rateio

Controle de Atos Potenciais

D: 8.1.1.3.1.08.01 Contrato de Rateio – a executar
C: 8.1.1.3.1.08.02 Contrato de Rateio – em execução

Natureza de informação patrimonial

D: 1.1.2.3.1.02.00 Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P)
C: 2.3.1.1.1.xx.xx Patrimônio Social

Recebimento da transferência conforme contrato de rateio

Natureza de informação patrimonial

D: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)
C: 1.1.2.3.1.02.00 Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P)

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.1.1.0.00.00	Receita a realizar
C: 6.2.1.2.0.00.00	Receita realizada

Controle das Disponibilidades

D: 7.2.1.1.0.00.00	Controle da Disponibilidade de Recursos
C: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos

Controle dos Atos Potenciais

D: 8.1.1.3.1.08.02	Contrato de Rateio – em execução
C: 8.1.1.3.1.08.03	Contrato de Rateio – executado

Controle de Prestação de Contas

D: 7.5.2.0.0.00.00	Prestação de Contas de Consórcios Públicos
C: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar

Contabilização das despesas nos Consórcios Públicos

18. O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, possui natureza autárquica, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei nº 10.406/2002. Deste modo, a execução orçamentária das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas gerais de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, regulamentadas pelo MCASP.

Empenho da dotação nos consórcios públicos concomitante à incorporação do ativo ou ao reconhecimento da VPD

Natureza de informação patrimonial

D: 1.x.x.x.x.xx.xx	Ativo (P)
Ou	
D: 3.x.x.x.x.xx.xx	Variação Patrimonial Diminutiva
C: 2.x.x.x.x.xx.xx	Passivo (F)

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível
C: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar
C: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação

Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos
C: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho

Liquidação da despesa nos consórcios públicos
Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação
C: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho
C: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Pagamento da despesa nos consórcios públicos
Natureza de informação patrimonial

C: 2.x.x.x.x.xx.xx	Passivo (F)
C: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)

Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: 6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago

Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
C: 8.2.1.1.4.00.00	DDR Utilizada

Contabilização da Prestação de contas nos Entes Consorciados e nos Consórcios Públicos

19. Os lançamentos de Controle de Prestação de Contas, grupo 8.5, são iguais nos Entes Consorciados e nos Consórcios Públicos.

Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar
C: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar

Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar
C: 8.5.2.4.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – Aprovados

Contabilização da execução orçamentária dos Consórcios Públicos nas contas de controle dos Entes Consorciados

20. Segundo o art. 12 da Portaria STN nº 274/2016, os consórcios públicos encaminharão aos Poderes Executivos de cada ente da Federação consorciado as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos fiscais até quinze dias após o encerramento do período de referência, salvo prazo diverso estabelecido por legislação específica de cada ente consorciado.
21. De acordo com o § 4º do art. 11 da Portaria STN nº 274/2016, os entes consorciados efetuarão na contabilidade, o registro das informações do consórcio público necessárias à elaboração do **Demonstrativo da Despesa com Pessoal**, que compõe o RGF, do **Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** e do **Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde**, ambos integrantes do RREO.
22. A Portaria STN nº 274/2016 também estabelece a necessidade de inserir no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa, que integra o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, a insuficiência de caixa verificada no consórcio público, e, no Demonstrativo das Operações de Crédito e da Dívida Consolidada Líquida, também integrantes do RGF, as operações contratadas pelo consórcio público.
23. O PCASP Estendido, Anexo III da IPC 00, versão 2016, sugere um detalhamento, nos grupos 7.5.3.0.0.00.00 e 8.5.3.0.0.00.00 – CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO, a fim de possibilitar o registro da despesa executada em consórcios públicos, conforme lista a seguir.

CONTAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – CONTROLES DEVEDORES	
7.5.0.0.0.00.00	CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.0.0.00.00	CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO
7.5.3.1.0.00.00	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO
7.5.3.2.0.00.00	DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.4.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.5.0.00.00	INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO
7.5.3.6.0.00.00 ¹	OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONTRATADA PELO CONSÓRCIO PÚBLICO
7.5.3.7.0.00.00 ¹	DÍVIDA CONSOLIDADA REFERENTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO

CONTAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – CONTROLES CREDITORES	
8.5.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.1.0.00.00	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO
8.5.3.2.0.00.00	DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.2.1.00.00	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR
8.5.3.2.2.00.00	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO
8.5.3.2.3.00.00	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR
8.5.3.2.4.00.00	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO

8.5.3.2.5.00.00 ¹	EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS
8.5.3.2.6.00.00 ¹	EMPENHOS EM LIQUIDAÇÃO INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS
8.5.3.2.7.00.00 ¹	EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
8.5.3.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.3.1.00.00	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR
8.5.3.3.2.00.00	RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO
8.5.3.3.3.00.00	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR
8.5.3.3.4.00.00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS
8.5.3.3.5.00.00	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS
8.5.3.3.6.00.00	RP NÃO PROCESSADOS TRANSFERIDOS
8.5.3.3.7.00.00	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO
8.5.3.3.8.00.00	RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS
8.5.3.4.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.4.1.00.00	RP PROCESSADOS A PAGAR
8.5.3.4.2.00.00	RP PROCESSADOS PAGOS
8.5.3.4.3.00.00	RP PROCESSADOS TRANSFERIDOS
8.5.3.4.4.00.00	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO
8.5.3.4.5.00.00	RP PROCESSADOS CANCELADOS
8.5.3.5.0.00.00	INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO
8.5.3.6.0.00.00 ¹	OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONTRATADA PELO CONSÓRCIO PÚBLICO
8.5.3.7.0.00.00 ¹	DÍVIDA CONSOLIDADA REFERENTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO

Observação 1 - Essa conta será incluída na versão 2017 do PCASP Estendido.

CONTABILIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NÃO RELACIONADAS A CONTRATO DE RATEIO

24. Em algum momento, sem que haja necessariamente relação com o contrato de rateio, os Entes Consorciados poderão transferir ativos (monetários ou não) para o consórcio público.
25. As transferências de ativos (monetários ou não) dos entes consorciados para o consórcio público são registrados por meio de ativo (participações) e patrimônio líquido;

Contabilização nos Entes Consorciados

Natureza de informação patrimonial

D: 1.2.2.1.1.01.07 Participações em Consórcios Públicos
 C: 1.x.x.x.xx Ativo

26. Neste caso, pode ou não haver execução orçamentária, a depender do ativo transferido. Se ativo transferido for monetário, haverá execução de despesa

orçamentária (empenho, liquidação e pagamento). Caso o ativo transferido seja não monetário, deverá haver autorização legislativa.

Contabilização no Consórcio Público

Natureza de informação patrimonial

D: 1.x.x.x.xx.xx	Ativo
C: 2.3.1.1.1.xx.xx	Patrimônio Social

27. Neste caso, se o ativo que ingressar no consórcio for monetário, deverá haver registro de receita orçamentária no consórcio.
28. Quando o consórcio atender a um ente externo (não consorciado) ou mesmo a um ente consorciado numa contratação direta, na condição de cliente do consórcio, os registros contábeis serão feitos por meio de variações patrimoniais (VPD/VPA).

APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL

29. Na data de elaboração das demonstrações contábeis, os entes consorciados reconhecem no ativo suas parcelas correspondentes ao patrimônio líquido do consórcio, utilizando a apropriação proporcional patrimonial.
30. A participação dos entes consorciados no consórcio dar-se-á por meio de cotas de participação, valoradas conforme a relação “Patrimônio Líquido/Número Total de Cotas”. Sempre que houver alteração em um dos elementos da relação, patrimônio líquido ou número total de cotas, a valoração deve ser revista. Exemplos correspondem ao encerramento e abertura do exercício, ao ingresso de um novo ente consorciado ou à saída de um ente consorciado.
31. Para utilização da metodologia de apropriação proporcional patrimonial, as participações no consórcio público são precificadas por cotas de participação. Ao final da IPC, será apresentado um exemplo ilustrativo da metodologia, utilizando as contas do PCASP Estendido. A descrição e função das contas encontram-se detalhadas no próprio PCASP disponível em: <http://tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>
32. A contabilização referente aos resultados negativos e positivos da apropriação proporcional patrimonial é apresentada a seguir.

Contabilização da apropriação proporcional patrimonial nos Entes Públicos

Resultado negativo – Natureza de informação patrimonial

D: 3.9.2.x.x.xx.xx	Resultado Negativo de Participações
C: 1.2.2.1.1.01.07	Participações em Consórcios Públicos

Resultado positivo – Natureza de informação patrimonial

D: 1.2.2.1.1.01.07 Participações em Consórcios Públicos
C: 4.9.2.x.x.xx.xx Resultado Positivo de Participações

33. Em algumas circunstâncias, o patrimônio líquido do consórcio pode apresentar saldo negativo. Nesse caso, os Entes Consorciados:
- a) Zeram o saldo do ativo (Participações em Consórcios Públicos), se for o caso;
 - b) Reconhecem um passivo somente se tiverem incorrido, em nome do consórcio, em obrigações legais, contratuais, acordos firmados ou assunção de dívidas.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

34. A orientação contida nesta IPC pode ser aplicada prospectivamente, a partir da data de aplicação.
35. Salvo deliberação em contrário da Assembleia, o patrimônio líquido apurado antes da aplicação desta instrução pode ser apropriado com base na metodologia de apropriação proporcional patrimonial, conforme os itens 28 a 32 desta IPC. Contudo, se houver dificuldade para determinar o valor a ser apropriado pela aplicação prospectiva desta instrução, ou se a aplicação da metodologia não representa fielmente a participação prévia dos Entes Consorciados, estes podem utilizar um ou mais critérios objetivos para determinar sua participação prévia. Por exemplo, antes da aplicação da IPC, o patrimônio líquido do Consórcio Público apurado no período imediatamente anterior pode ser apropriado com base no número de votos que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral, naquele período. Tais fatos devem ser evidenciados em notas explicativas.

EXEMPLO ILUSTRATIVO A – METODOLOGIA DE COTAS DE PARTICIPAÇÃO

Com o intuito de facilitar o entendimento desta IPC, foi elaborado um exemplo ilustrativo com valores hipotéticos. Os eventos serão apresentados em ordem cronológica. Considere as seguintes informações:

Ano X1 – Os Entes A e B constituem o consórcio. O consórcio não opera no exercício.

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
A	\$ 50,00	50	50	50,00%
B	\$ 50,00	50	50	50,00%
Total	\$ 100,00	100	100	100,00%

* Valor inicial da cota = \$ 1,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$)					
	X0	X1		X0	X1
Ativos	-	100,00		Passivos	-
				PL	100,00
TOTAL	-	100,00	TOTAL	-	100,00

Novo valor da cota = \$ 100,00 / 100 cotas = \$ 1,00

Ano X2 – O Ente B faz uma segunda aplicação de \$ 60,00. Houve também um rendimento (VPA) de \$ 40,00. O consórcio não opera no exercício.

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
A	\$ -	0	50	31,25%
B	\$ 60,00	60	110	68,75%
Total	\$ 60,00	60	160	100,00%

* Valor inicial da cota = \$ 1,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$)					
	X1	X2		X1	X2
Ativos	100,00	200,00		Passivos	-
				PL	200,00
TOTAL	100,00	200,00	TOTAL	100,00	200,00

Novo valor da cota = \$ 200,00 / 160 cotas = \$ 1,25

Ano X3 – O Ente C entra no consórcio. O consórcio não opera no exercício.

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
A	\$ 25,00	20	70	26,92%
B	\$ 25,00	20	130	50,00%
C	\$ 75,00	60	60	23,08%
Total	\$ 125,00	100	260	100,00%

* Valor inicial da cota = \$ 1,25

BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$)					
	X2	X3		X2	X3
Ativos	200,00	325,00	Passivos	-	-
			PL	200,00	325,00
TOTAL	200,00	325,00	TOTAL	200,00	325,00

Novo valor da cota = \$ 325,00 / 260 cotas = \$ 1,25

ANO X4 – O consórcio entra em operação. Ao longo do exercício, gera VPD diversas de \$87,50 e adquire um veículo no valor de \$50 por meio de operação de crédito.

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
A	\$ 37,50	30	100	28,57%
B	\$ 25,00	20	150	42,86%
C	\$ 50,00	40	100	28,57%
Total	\$ 112,50	90	350	100,00%

* Valor inicial da cota = \$ 1,25

BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$) - Na abertura					
	X3	X4(a)		X3	X4(a)
Ativos	325,00	437,50	Passivos	-	-
			PL	325,00	437,50
TOTAL	325,00	437,50	TOTAL	325,00	437,50

Novo valor da cota = \$ 437,50 / 350 cotas = \$ 1,25

BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$) - No encerramento					
	X4(a)	X4(e)		X4(a)	X4(e)
Ativos	437,50	350,00	Passivos	-	50,00
Veículo	-	50,00			

			PL	437,50	350,00
TOTAL	437,50	400,00	TOTAL	437,50	400,00

Novo valor da cota = \$ 350,00 / 350 cotas = \$ 1,00

ANO X5 – O Ente A sai do consórcio. Em seguida, o Ente D entra no consórcio. No exercício, VPD diversas = \$ 85,00 (à vista); Depreciação = \$ 5,00; Juros = \$ 10,00

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
A	\$ -	-	-	-
B	\$ -	0	150	60,00%
C	\$ -	0	100	40,00%
Total	\$ -	0	250	100,00%

* Valor inicial da cota = \$ 1,00

Obs.: nesse exemplo, as cotas do Ente A são zeradas e baixada com Ativos.

**BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$) –
Na abertura (a1), após a saída do Ente "A"**

	X4(e)	X5(a1)		X4(e)	X5(a1)
Ativos	350,00	250,00	Passivos	50,00	50,00
Veículo	50,00	50,00	PL	350,00	250,00
TOTAL	400,00	300,00	TOTAL	400,00	300,00

Novo valor da cota = \$ 250,00 / 250 cotas = \$ 1,00

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
B	\$ 70,00	70	220	44,00%
C	\$ 80,00	80	180	36,00%
D	\$ 100,00	100	100	20,00%
Total	\$ 250,00	250	500	100,00%

* Valor inicial da cota = \$ 1,00

**BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$) –
Na abertura (a2), após a entrada do Ente "D"**

	X5(a1)	X5(a2)		X5(a1)	X5(a2)
Ativos	250,00	500,00	Passivos	50,00	50,00
Veículo	50,00	50,00	PL	250,00	500,00
TOTAL	300,00	550,00	TOTAL	300,00	550,00

Novo valor da cota = \$ 500,00 / 500 cotas = \$ 1,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO (\$) - No encerramento

	X5(a2)	X5(e)		X5(a2)	X5(e)
Ativos	500,00	415,00	Passivos	50,00	60,00
Veículo	50,00	50,00	PL	500,00	400,00
(-) Deprec.	-	(5,00)			
TOTAL	550,00	460,00	TOTAL	550,00	460,00

Novo valor da cota = \$ 400,00 / 500 cotas = \$ 0,80

EXEMPLO ILUSTRATIVO B – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Com o intuito de facilitar o entendimento desta IPC, foi elaborado um exemplo ilustrativo B que **simula fatos típicos de consórcios públicos de um mês**, com os respectivos lançamentos contábeis, utilizando as contas do PCASP Estendido 2016. As situações e os valores apresentados são hipotéticos. Os lançamentos serão apresentados em ordem cronológica, destacando-os nos Entes Consorciados e no Consórcio Público.

Para fins do exemplo ilustrativo, considere as seguintes informações iniciais:

1. Em 1º/10/20X0, constituição de um consórcio público X, formado por dois municípios consorciados (A e B), para compra de medicamentos. Na ocasião foi assinado o contrato K onde:
 - O município A se compromete a transferir um terreno ao consórcio, para a construção da futura sede, no valor de R\$ 100.000,00, em 2/1/20X1;
 - O município B se compromete a transferir 10 parcelas iguais e mensais de R\$ 10.000,00 (total R\$ 100.000,00), para a construção da futura sede, sendo a primeira em 2/1/20X1.
 - O município A e B se comprometem a transferir recursos para compra de medicamentos, no total de R\$ 50.000,00 cada um, em dinheiro, em duas parcelas iguais e semestrais de R\$ 25.000,00, sendo a primeira em 5/1/20X1 e a segunda em 5/6/20X1.
2. Os contratos vigorarão a partir de 1º/1/20X1.

CONTABILIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS A E B
Evento 1: Em 1º/10/20X0 – Assinaturas dos contratos

Município A – Controle de Atos Potenciais		
D: 7.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais	150.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – a executar	150.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 150.000,00</i>		
<i>Contrato K – 150.000,00</i>		

Município B – Controle de Atos Potenciais		
D: 7.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais	150.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – a executar	150.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 150.000,00</i>		
<i>Contrato K – 150.000,00</i>		

Evento 2: Em 1º/1/20X1 – Início da vigência dos contratos

Município A – Controle de Atos Potenciais		
D: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – a executar	150.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – em execução	150.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 150.000,00</i>		
<i>Contrato K – 150.000,00</i>		

Município A – Natureza de informação patrimonial		
D: 1.2.2.1.1.01.07	Participação em Consórcios Públicos (P)	150.000,00
C: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (P)	150.000,00

Município B – Controle de Atos Potenciais		
D: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – a executar	150.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – em execução	150.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 150.000,00</i>		
<i>Contrato K – 150.000,00</i>		

Município B – Natureza de informação patrimonial		
D: 1.2.2.1.1.01.07	Participação em Consórcios Públicos (P)	150.000,00
C: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (P)	150.000,00

Evento 3: Em 2/1/20X1 – Transferência de um terreno do município A para o consórcio

Município A – Natureza de informação patrimonial		
D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (P)	100.000,00
C: 1.2.3.2.1.01.04	Terrenos (P)	100.000,00

Município A – Controle de Atos Potenciais		
D: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – em execução	100.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – executado	100.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 100.000,00 (saldo 50.000,00)</i>		
<i>Contrato K – 100.000,00 (saldo 50.000,00)</i>		

Evento 4: Em 2/1/20X1 – Transferência de uma parcela de R\$ 10.000,00 do município B para construção da futura sede do consórcio.

Empenho

Município B – Natureza de informação patrimonial		
D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (P)	10.000,00
C: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (F)	10.000,00

Município B – Natureza de informação orçamentária		
D: 6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	10.000,00
C: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	10.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Natureza da despesa – 4.4.71.70</i>		

Município B – Natureza de informação orçamentária		
D: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	10.000,00
C: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	10.000,00

Município B – Controle das Disponibilidades		
D: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos	10.000,00
C: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	10.000,00

Liquidação

Município B – Natureza de informação orçamentária		
D: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	10.000,00
C: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	10.000,00

Município B – Controle das Disponibilidades		
D: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	10.000,00
C: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	10.000,00

Pagamento

Município B – Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (F)	10.000,00
C: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	10.000,00

Município B – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	10.000,00
C: 6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	10.000,00

Município B – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	10.000,00
C: 8.2.1.1.4.00.00	DDR Utilizada	10.000,00

Município B – Controle de Atos Potenciais

D: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – em execução	10.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Outras Obrigações Contratuais – executado	10.000,00

Informações complementares:

Consórcio X – 10.000,00 (saldo 140.000,00)

Contrato K – 10.000,00 (saldo 140.000,00)

Município B – Controle de Prestação de Contas

D: 7.5.2.0.0.00.00	Prestação de Contas de Consórcios Públicos	10.000,00
C: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	10.000,00

Informações complementares:

Ano 20X1; Exercício Atual

Contrato K – 10.000,00

Evento 5: Em 5/1/20X1 – Transferências de recursos para compra de medicamentos

Empenho

Município A – Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (P)	25.000,00
C: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (F)	25.000,00

Município A – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	25.000,00

Informações complementares:

Natureza da despesa – 3.3.71.70

Município A – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	25.000,00

Município A – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos	25.000,00
C: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	25.000,00

Município B – Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (P)	25.000,00
C: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (F)	25.000,00

Município B – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	25.000,00

*Informações complementares:
Natureza da despesa – 3.3.71.70*

Município B – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	25.000,00

Município B – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos	25.000,00
C: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	25.000,00

Liquidação**Município A – Natureza de informação orçamentária**

D: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	25.000,00

Município A – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	25.000,00
C: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	25.000,00

Município B – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	25.000,00

Município B – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	25.000,00
C: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	25.000,00

Pagamento

Município A – Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (F)	25.000,00
C: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	25.000,00

Município A – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	25.000,00

Município A – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	25.000,00
C: 8.2.1.1.4.00.00	DDR Utilizada	25.000,00

Município A – Controle dos Atos Potenciais

D: 8.1.2.3.x.xx.xx	Contrato de Rateio – em execução	25.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Contrato de Rateio – executado	25.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 125.000,00 (saldo 25.000,00)</i>		
<i>Contrato K – 125.000,00 (saldo 25.000,00)</i>		

Município A – Controle de Prestação de Contas

D: 7.5.2.0.0.00.00	Prestação de Contas de Consórcios Públicos	25.000,00
C: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	25.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Ano 20X1; Exercício Atual</i>		
<i>Contrato K – 25.000,00</i>		

Município B – Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.8.9.1.14.00	Consórcios a Pagar (F)	25.000,00
C: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	25.000,00

Município B – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	25.000,00
C: 6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	25.000,00

Município B – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	25.000,00
C: 8.2.1.1.4.00.00	DDR Utilizada	25.000,00

Município B – Controle dos Atos Potenciais		
D: 8.1.2.3.x.xx.xx	Contrato de Rateio – em execução	25.000,00
C: 8.1.2.3.x.xx.xx	Contrato de Rateio – executado	25.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Consórcio X – 35.000,00 (saldo 115.000,00)</i>		
<i>Contrato K – 35.000,00 (saldo 115.000,00)</i>		

Município B – Controle de Prestação de Contas		
D: 7.5.2.0.0.00.00	Prestação de Contas de Consórcios Públicos	25.000,00
C: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	25.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Ano 20X1; Exercício Atual</i>		
<i>Contrato K – 25.000,00</i>		

CONTABILIZAÇÃO NO CONSÓRCIO PÚBLICO

Evento 1: Em 1º/10/20X0 – Assinaturas dos contratos

Consórcio X – Controle de Atos Potenciais		
D: 7.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais	300.000,00
C: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – a executar	300.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Município A – 150.000,00;</i>		
<i>Município B – 150.000,00;</i>		
<i>Contrato K – 300.000,00</i>		

Evento 2: Em 1º/1/20X1 – Início da vigência dos contratos

Consórcio X – Controle de Atos Potenciais		
D: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – a executar	300.000,00
C: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – em execução	300.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Município A – 150.000,00;</i>		
<i>Município B – 150.000,00;</i>		
<i>Contrato K – 300.000,00</i>		

Consórcio X – Natureza de informação patrimonial		
D: 1.1.2.3.1.02.00	Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P)	300.000,00
C: 2.3.1.1.1.xx.xx	Patrimônio Social	300.000,00

Evento 3: Em 2/1/20X1 – Transferência de um terreno do município A para o consórcio

Consórcio X – Natureza de informação patrimonial		
D: 1.2.3.2.1.01.04	Terrenos (P)	100.000,00
C: 1.1.2.3.1.02.00	Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P)	100.000,00

Consórcio X – Controle de Atos Potenciais		
D: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – em execução	100.000,00
C: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – executado	100.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Município A – 100.000,00 (saldo 50.000,00)</i>		
<i>Contrato K – 100.000,00 (saldo 200.000,00)</i>		

Evento 4: Em 2/1/20X1 – Transferência de uma parcela de R\$ 10.000,00 do município B para construção da futura sede do consórcio.

Consórcio X – Natureza de informação patrimonial		
D: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	10.000,00
C: 1.1.2.3.1.02.00	Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P)	10.000,00

Consórcio X – Natureza de informação orçamentária		
D: 6.2.1.1.0.00.00	Receita a realizar	10.000,00
C: 6.2.1.2.0.00.00	Receita realizada	10.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Natureza da receita – 2.4.23.37.00</i>		

Consórcio X – Controle das Disponibilidades		
D: 7.2.1.1.0.00.00	Controle da Disponibilidade de Recursos	10.000,00
C: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos	10.000,00

Consórcio X – Controle de Atos Potenciais		
D: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – em execução	10.000,00
C: 8.1.1.3.x.xx.xx	Outros Direitos Contratuais – executado	10.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Município B – 10.000,00 (saldo 140.000,00)</i>		
<i>Contrato K – 110.000,00 (saldo 190.000,00)</i>		

Consórcio X – Controle de Prestação de Contas		
D: 7.5.2.0.0.00.00	Prestação de Contas de Consórcios Públicos	10.000,00
C: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	10.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Ano 20X1; Exercício Atual</i>		
<i>Contrato K – 10.000,00</i>		

Evento 5: Em 5/1/20X1 – Transferências de recursos para compra de medicamentos**Consórcio X – Natureza de informação patrimonial**

D: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	50.000,00
C: 1.1.2.3.1.02.00	Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P) – Município A	25.000,00
C: 1.1.2.3.1.02.00	Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio (P) – Município B	25.000,00

Consórcio X – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.1.1.0.00.00	Receita a realizar	50.000,00
C: 6.2.1.2.0.00.00	Receita realizada	50.000,00

*Informações complementares:
Natureza da receita – 1.7.23.37.00*

Consórcio X – Controle das Disponibilidades

D: 7.2.1.1.0.00.00	Controle da Disponibilidade de Recursos	50.000,00
C: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos	50.000,00

Consórcio X – Controle dos Atos Potenciais

D: 8.1.1.3.x.xx.xx	Contrato de Rateio – em execução	50.000,00
C: 8.1.1.3.x.xx.xx	Contrato de Rateio – executado	50.000,00

*Informações complementares:
Município A – 125.000,00 já executado (saldo 25.000,00)
Município B – 35.000,00 já executado (saldo 115.000,00)
Contrato K – 160.000,00 já executado (saldo 140.000,00)*

Consórcio X – Controle de Prestação de Contas

D: 7.5.2.0.0.00.00	Prestação de Contas de Consórcios Públicos	50.000,00
C: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	50.000,00

*Informações complementares:
Ano 20X1; Exercício Atual
Município A – 25.000,00
Município B – 25.000,00
Contrato K – 50.000,00*

Evento 6: Em 14/1/20X1 – Após o devido processo licitatório, o consórcio adquire medicamentos à vista por R\$ 45.000,00 de um fornecedor local.

Empenho

Consórcio X – Natureza de informação patrimonial

D: 1.1.5.6.1.05.00	Medicamentos e materiais hospitalares (P)	45.000,00
C: 2.1.3.1.1.01.xx	Fornecedores Nacionais (F)	45.000,00

Consórcio X – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.1.00.00	Crédito Disponível	45.000,00
C: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	45.000,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Natureza de despesa – 3.3.90.30</i>		

Consórcio X – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.01.00	Crédito Empenhado a Liquidar	45.000,00
C: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	45.000,00

Consórcio X – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.1.00.00	Disponibilidade por Destinação de Recursos	45.000,00
C: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	45.000,00

Liquidação
Consórcio X – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.02.00	Crédito Empenhado em Liquidação	45.000,00
C: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	45.000,00

Consórcio X – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.2.00.00	DDR Comprometida por Empenho	45.000,00
C: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	45.000,00

Pagamento
Consórcio X – Natureza de informação patrimonial

D: 2.1.3.1.1.01.xx	Fornecedores Nacionais (F)	45.000,00
C: 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	45.000,00

Consórcio X – Natureza de informação orçamentária

D: 6.2.2.1.3.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	45.000,00
C: 6.2.2.1.3.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	45.000,00

Consórcio X – Controle das Disponibilidades

D: 8.2.1.1.3.01.00	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	45.000,00
C: 8.2.1.1.4.00.00	DDR Utilizada	45.000,00

Evento 7: Em 25/1/20X1 – Transferência dos medicamentos para os municípios A e B**Município A – Natureza de informação patrimonial**

D: 1.1.5.6.1.05.00	Medicamentos e materiais hospitalares (P)	22.500,00
C: 4.5.9.x.x.xx.xx	Outras Transferências Recebidas	22.500,00

Município B – Natureza de informação patrimonial

D: 1.1.5.6.1.05.00	Medicamentos e materiais hospitalares (P)	22.500,00
C: 4.5.9.x.x.xx.xx	Outras Transferências Recebidas	22.500,00

Consórcio X – Natureza de informação patrimonial

D: 3.5.9.x.x.xx.xx	Outras Transferências Concedidas	45.000,00
C: 1.1.5.6.1.05.00	Medicamentos e materiais hospitalares (P)	45.000,00

Evento 8: Em 31/1/20X1 – Relatórios de Prestação de Contas referente a janeiro de 20X1

Informações para prestação de contas em janeiro de 20X1:

Transferências recebidas pelo contrato K

Do município A

- Terreno, R\$ 100.000,00
- Uma parcela de R\$ 25.000,00, para compra de medicamentos.

Do município B

- Uma parcela de R\$ 10.000,00, mas não foi gasto.
- Uma parcela de R\$ 25.000,00, para compra de medicamentos.

Execução orçamentária até o momento = 45.000,00 (90% do total)

- 50% do Município A = 25.000,00 x 90% = 22.500,00
- 50% do Município B = 25.000,00 x 90% = 22.500,00

CONSÓRCIO X					
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA O MUNICÍPIO A					
JANEIRO DE 20X1					
Função / Subfunção	Natureza da Despesa	Execução Orçamentária do Bimestre			
		Transferências recebidas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Saúde Atenção Básica (p.ex.)	3.3.90.30	25.000,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00

CONSÓRCIO X					
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA O MUNICÍPIO B					
JANEIRO DE 20X1					
Função / Subfunção	Natureza da Despesa	Execução Orçamentária do Bimestre			
		Transferências recebidas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Saúde Atenção Básica (p.ex.)	3.3.90.30	25.000,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00
	Não foi executado	10.000,00	-	-	-

Evento 9: Em 31/1/20X1 – Contabilização da Prestação de Contas
Município A – Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	22.500,00
C: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar	22.500,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Ano 20X1; Exercício Atual</i>		
<i>Contrato K – 22.500,00</i>		

Município A – Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar	22.500,00
C: 8.5.2.4.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – Aprovados	22.500,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Ano 20X1; Exercício Atual</i>		
<i>Contrato K – 22.500,00</i>		

Município B – Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	22.500,00
C: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar	22.500,00
<i>Informações complementares:</i>		
<i>Ano 20X1; Exercício Atual</i>		
<i>Contrato K – 22.500,00</i>		

Município B – Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar	22.500,00
C: 8.5.2.4.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – Aprovados	22.500,00
<i>Informações complementares: Ano 20X1; Exercício Atual Contrato K – 22.500,00</i>		

Consórcio X – Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.1.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar	45.000,00
C: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar	45.000,00
<i>Informações complementares: Ano 20X1; Exercício Atual Município A – 22.500,00; Município B – 22.500,00; Contrato K – 45.000,00</i>		

Consórcio X – Controle de Prestação de Contas

D: 8.5.2.3.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar	45.000,00
C: 8.5.2.4.0.00.00	Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – Aprovados	45.000,00
<i>Informações complementares: Ano 20X1; Exercício Atual Município A – 22.500,00; Município B – 22.500,00; Contrato K – 45.000,00</i>		

Evento 10: Em 31/1/20X1 – Contabilização da execução orçamentária do Consórcio Público nas contas de controle dos municípios**Município A – Controle de Prestação de Contas**

D: 7.5.3.x.x.xx.xx	Consolidação da execução do consórcio	22.500,00
C: 8.5.3.2.4.00.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	22.500,00
<i>Informações complementares: Natureza de despesa – 3.3.90.30</i>		

Município B – Controle de Prestação de Contas

D: 7.5.3.x.x.xx.xx	Consolidação da execução do consórcio	22.500,00
C: 8.5.3.2.4.00.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago	22.500,00
<i>Informações complementares: Natureza de despesa – 3.3.90.30</i>		

Evento 11: Em 31/1/X1 – Apropriação Patrimonial Proporcional

Informações para apropriação patrimonial proporcional em janeiro de 20X1:

CONSÓRCIO X		
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO SIMPLIFICADO		
31/1/20X1		
Contas	Saldo final	
	Débito	Crédito
<i>Natureza de informação patrimonial</i>		
1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa	15.000,00	
1.1.2.3.1.02.00 Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio	140.000,00	
1.2.3.2.1.01.04 Terrenos	100.000,00	
2.3.1.1.1.xx.xx Patrimônio Social		300.000,00
3.5.9.x.x.xx.xx Outras Transferências Concedidas	45.000,00	
<i>Natureza de informação orçamentária</i>		
5.2.1.1.1.00.00 Previsão inicial da Receita Bruta *	200.000,00	
6.2.1.1.0.00.00 Receita a realizar		140.000,00
6.2.1.2.0.00.00 Receita realizada		60.000,00
5.2.2.1.1.01.00 Dotação Inicial *	200.000,00	
6.2.2.1.1.00.00 Crédito Disponível		155.000,00
6.2.2.1.3.04.00 Crédito Empenhado Liquidado Pago		45.000,00
<i>Controle de Atos Potenciais</i>		
7.1.1.3.x.xx.xx Outros Direitos Contratuais	300.000,00	
8.1.1.3.x.xx.xx Outros Direitos Contratuais – em execução		140.000,00
8.1.1.3.x.xx.xx Outros Direitos Contratuais – executado		160.000,00
<i>Controle das Disponibilidades</i>		
7.2.1.1.0.00.00 Controle da Disponibilidade de Recursos	60.000,00	
8.2.1.1.1.00.00 Disponibilidade por Destinação de Recursos		15.000,00
8.2.1.1.4.00.00 DDR Utilizada		45.000,00
<i>Controle de Prestação de Contas</i>		
7.5.2.0.0.00.00 Prestação de Contas de Consórcios Públicos	50.000,00	
8.5.2.1.0.00.00 A comprovar		5.000,00
8.5.2.4.0.00.00 Aprovados		45.000,00
Totais		

* Não foram apresentados os lançamentos.

Entes	Ingresso Recursos	Nº de cotas *	Cotas Acum.	Partic. %
A	\$ 125.000,00	125.000	125.000	78,125%
B	\$ 35.000,00	35.000	35.000	21,875%
Total	\$ 160.000,00	160.000	160.000	100,000%

* Valor inicial da cota = \$ 1,00

Apuração da Base de Cálculo

Patrimônio Social (inicial)	300.000,00
(-) Créditos não integralizados.....	(140.000,00)
(-) Resultado do mês de janeiro/20X1	
VPD Outras Transferências Concedidas.....	<u>(45.000,00)</u>
Patrimônio Líquido ajustado do Consórcio em 31/1/20X1	115.000,00

Apropriação Patrimonial Proporcional

Patrimônio Líquido ajustado do Consórcio em 31/1/20X1	115.000,00
Participação do município A (78,125%).....	89.843,75
Participação do município B (21,875%).....	25.156,25

Resultado do município A em janeiro/20X1

Participação do município A (78,125%).....	89.843,75
(+) Créditos não integralizados.....	25.000,00
Participação registrada inicialmente	<u>(150.000,00)</u>
Resultado negativo de APP	(35.156,25)

Município A – Resultado negativo – Natureza de informação patrimonial

D: 3.9.2.x.x.xx.xx	Resultado Negativo de Participações	35.156,25
C: 1.2.2.1.1.01.07	Participações em Consórcios Públicos (P)	35.156,25

Resultado do município B em janeiro/20X1

Participação do município B (21,875%).....	25.156,25
(+) Créditos não integralizados.....	115.000,00
Participação registrada inicialmente	<u>(150.000,00)</u>
Resultado negativo de APP	(9.843,75)

Município B – Resultado negativo – Natureza de informação patrimonial

D: 3.9.2.x.x.xx.xx	Resultado Negativo de Participações	9.843,75
C: 1.2.2.1.1.01.07	Participações em Consórcios Públicos (P)	9.843,75

EXEMPLO ILUSTRATIVO C – ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste tópico serão apresentadas as demonstrações contábeis do Consórcio Público em 31/1/20X1, elaboradas a partir das informações do Exemplo Ilustrativo B e respectivos detalhamentos.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)

CONSÓRCIO X		
BALANÇO PATRIMONIAL		
31/1/20X1		
ATIVO	Nota	Exercício Atual
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa		15.000,00
Créditos a Curto Prazo		140.000,00
Total do Ativo Circulante		155.000,00
Ativo Não Circulante		
Imobilizado		100.000,00
Total do Ativo Não Circulante		100.000,00
TOTAL DO ATIVO		255.000,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social		300.000,00
Resultados Acumulados		(45.000,00)
Total do Patrimônio Líquido		255.000,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		255.000,00

CONSÓRCIO X		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
1/1/20X1 A 31/1/20X1		
	Nota	Exercício Atual
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		-
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Transferências e Delegações Concedidas		45.000,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		45.000,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(45.000,00)
(III) = (I – II)		(45.000,00)

CONSÓRCIO X
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
1/1/20X1 A 31/1/20X1

	Nota	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Transferências correntes recebidas		50.000,00
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas		45.000,00
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>		<i>5.000,00</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Desembolsos		
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>		<i>0,00</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Transferências de capital recebidas		10.000,00
Desembolsos		
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</i>		<i>10.000,00</i>
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		15.000,00
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		0,00
Caixa e Equivalente de caixa final		15.000,00

CONSÓRCIO X				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
31/1/20X1				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)				
Transferências Correntes	100.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00
Receitas de Capital (II)				
Transferências de Capital	100.000,00	100.000,00	10.000,00	90.000,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	200.000,00	200.000,00	60.000,00	140.000,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	200.000,00	200.000,00	60.000,00	140.000,00
Déficit (VII)	-	-	-	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	200.000,00	200.000,00	60.000,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)						
Outras Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	55.000,00
Despesas de Capital (X)						
Investimentos	100.000,00	100.000,00	-	-	-	100.000,00
Reserva de Contingência (XI)						
Reserva do RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	200.000,00	200.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	155.000,00
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	200.000,00	200.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	155.000,00
Superávit (XVI)	-	-	15.000,00	15.000,00	15.000,00	
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	200.000,00	200.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	

CONSÓRCIO X BALANÇO FINANCEIRO 31/1/20X1		Nota	Exercício Atual
INGRESSOS			
<u>Receita Orçamentária (I)</u>			
Ordinária			
	Transferências Recebidas		60.000,00
Vinculada			
<u>Transferências Financeiras Recebidas (II)</u>			
<u>Recebimentos Extraorçamentários (III)</u>			
<u>Saldo do Exercício Anterior (IV)</u>			
	Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)			60.000,00
DISPÊNDIOS			
<u>Despesa Orçamentária (VI)</u>			
	Outras Destinações de Recursos		45.000,00
<u>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</u>			
<u>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</u>			
<u>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</u>			
	Caixa e Equivalentes de Caixa		15.000,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)			60.000,00

CONSÓRCIO X			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
31/1/20X1			
ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos iniciais	-	-	-
Aumento de capital	300.000,00	-	300.000,00
Resultado do mês de janeiro/20X1	-	(45.000,00)	(45.000,00)
Saldos finais	300.000,00	(45.000,00)	255.000,00